



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA N.º 506 /2015

Assunto: Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de 15 (quinze) prédios urbanos municipais, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado e Vereadora Paula Marques

Serviços: DMGP e DMHDL

Considerando que:

- a) A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011/2024, aprovada através da Deliberação 730/CM/2011, de 21 de Dezembro e da Deliberação 11/AML/2012, de 20 de Março, previu um conjunto de programas de apoio à reabilitação e conservação de imóveis, nomeadamente a simplificação do licenciamento de projetos de reabilitação urbana e o lançamento do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, de ora em diante abreviadamente RPPD;
- b) Em 2012 foi aprovado o novo Plano Diretor Municipal, que estabeleceu como principal estratégia de desenvolvimento para a Cidade a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;
- c) O RPPD consiste na venda de edifícios e frações municipais devolutos, com obrigação de realização de obras de reabilitação pelo adquirente, permitindo-se a este diferir o pagamento do preço até ao termo do prazo contratual, que terá em conta os prazos necessários para o licenciamento, a execução das obras e a colocação do imóvel no mercado;
- d) Através da Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, a Câmara aprovou as normas do RPPD;
- e) O Programa RPPD era, na data do seu lançamento e no atual contexto económico e financeiro, um forte contributo municipal para:
 - Incentivar a economia, gerando investimento diversificado no mercado da reabilitação urbana;
 - Dinamizar o setor da construção, fundamental para a manutenção e criação de novos postos de trabalho;
 - Apoiar os pequenos e médios investidores, permitindo diferir o pagamento do preço do imóvel para o final da operação de reabilitação;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- Promover a reabilitação de património municipal devoluto e em mau estado de conservação, sem recurso a capitais próprios nem aumento do endividamento do Município;
- Racionalizar a estrutura da receita municipal, otimizando a sustentabilidade da gestão do parque habitacional;
- Aumentar a oferta de habitação na Cidade, por aquisição ou arrendamento, captando população para os bairros históricos.

f) Até à presente data e desde 2013, ano do seu lançamento, o Município de Lisboa já realizou, 6 (seis) hastas públicas para a alienação de 108 (cento e oito) prédios, tendo sido arrematados 103 (cento e três);

h) Até ao momento, já foram celebrados 63 (sessenta e três) contratos de compra e venda e deferidos mais de 70% dos pedidos de licenciamento submetidos pelos adquirentes;

i) Os indicadores estatísticos do Programa RPPD demonstram o interesse dos cidadãos e das empresas nesta iniciativa municipal, o cumprimento dos objetivos enunciados em e) supra e que a aposta na reabilitação urbana é essencial para dinamizar a economia e minorar o impacto do atual contexto económico-financeiro fortemente recessivo;

j) Face ao sucesso do Programa RPPD, importa proceder ao lançamento de uma nova hasta pública para a alienação de 15 (quinze) prédios municipais devolutos, livres de quaisquer ónus ou encargos;

k) A alienação onerosa de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo à Câmara aprovar a alienação de bens imóveis de valor até €505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros), correspondente a 1.000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida para o ano de 2015, devendo a Câmara, sempre que o valor de alienação seja superior, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal;

l) Nos termos das avaliações imobiliárias efetuadas, o valor base de alienação dos prédios é inferior a €505.000,00 (quinhentos e cinco mil euros), pelo que compete à Câmara aprovar a respetiva alienação no âmbito do Programa RPPD;

m) O valor base de licitação do prédio sito na Rua dos Sapadores, n.ºs 143 a 149 é de €880.000,00 (oitocentos e oitenta mil euros), tal como consta das avaliações imobiliárias realizadas para o efeito, pelo que a competência para alienar este prédio em hasta pública compete à Assembleia Municipal;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

n) As peças do procedimento, constituídas pelo Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, devem cumprir os procedimentos legais e regulamentares em vigor, bem como garantir a adequada publicidade e o mais amplo acesso aos procedimentos de alienação, de modo a promover a mais ampla e efetiva concorrência;

o) Face à experiência recolhida em anteriores hastas públicas do RPPD justifica-se introduzir alguns ajustamentos nas peças do procedimento tendo em vista potenciar a concorrência e salvaguardar o interesse municipal.

Nestes termos:

I. Temos a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar:

1. Alienar, em hasta pública, os 14 (catorze) prédios urbanos propriedade municipal identificados no Anexo I, no âmbito do Programa Municipal Reabilita Primeiro Paga Depois;

2. Aprovar as peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos Anexos II e III;

3. Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor Municipal de Gestão Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.ª Rita Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local)

- Dr.ª Carla Carvalhal

(Departamento de Aprovisionamentos - Chefe da Divisão da Central de Compras Municipal)

c) Vogais suplentes:

- Dr.ª Ana Isabel Sá Pereira

(Departamento de Aprovisionamentos - Central de Compras Municipal)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- Dr.^a Isabel Guerreiro

(Direção Municipal de Gestão Patrimonial - Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

4. Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.

II. Temos ainda a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Alienar, em hasta pública, o prédio urbano propriedade municipal, situado na Rua dos Sapadores, 143 a 149 e Pátio dos Peixinhos, melhor identificado no n.º 15 do **Anexo I**, pelo valor base de licitação de €825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil euros), no âmbito do Programa Municipal Reabilita Primeiro Paga Depois;

2. Aprovar as peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos **Anexos II e III**, que se aplicarão à alienação de imóveis já autorizada pelos órgãos municipais mas cujo ato público ainda não se realizou;

3. Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor Municipal de Gestão Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.^a Rita Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local)

- Dra. Carla Alexandra Fernandes Carvalhal

(Departamento de Aprovisionamentos – Chefe da Central de Compras Municipal)

c) Vogais suplentes:

- Dr.^a Ana Isabel Sá Pereira

(Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- Dr.ª Isabel Guerreiro

(Direção Municipal de Gestão Patrimonial – Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

4. Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.

ANEXOS:

I. Identificação dos prédios a alienar, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois;

II. Programa de Concurso;

III. Caderno de Encargos;

IV. Plantas de Localização.

(Processo n.º 22449/CML/2015)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 9 de Setembro de 2015

Vereador

Manuel Salgado

Vereadora

Paula Marques



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

JUSTIFICAÇÃO DE VALORES

A determinação dos valores de mercado dos Prédios identificados no Anexo I da presente proposta foi efetuada através de visitas aos locais, por amostragem, e por confrontação com os elementos que integram os respetivos processos CML.

Os valores refletem a avaliação de mercado à data de hoje e foram obtidos com recurso ao método do valor residual, através a aplicação dos seguintes pressupostos:

- Receitas: Variáveis (indicadores obtidos empiricamente)
- Custos diretos: variáveis em função do tipo de reabilitação prevista
- Custos indiretos:
 - Encargos de projetos: 5 % custos diretos
 - Encargos de fiscalização: 3 % custos diretos
 - Encargos administrativos: 1,5 % custo diretos
 - Imprevistos: 2 % custos diretos
 - Encargos de comercialização: 4,9 % das receitas
 - Encargos financeiros: 6 %/ano
- Taxa de atualização do fluxo: 12,48 %/ano
- Prazo do empreendimento (projeto, obra, comercialização): variáveis. Estes prazos foram indicados pela DPRU

Para efeitos de determinação do preço base de licitação entendeu-se adequado fazer uma redução, média, de 30% face ao valor de mercado apurado, em primeiro lugar, por ponderação do atual período recessivo e dos objetivos do RPPD e, em segundo lugar, para potenciar o funcionamento do mercado em saudável concorrência na fase de licitação.

Dada a possibilidade de o pagamento poder ser diferido para a data da conclusão das obras de reabilitação, os preços base de licitação serão atualizados através do índice médio da inflação esperado para os 3 próximos anos (1,2%), mediante a seguinte fórmula:

$$\text{PREÇO BASE DE LICITAÇÃO} = \text{PREÇO BASE DE CÁLCULO} \times 1,001^n$$

Em que n – é o número de meses de desenvolvimento do empreendimento

Para incentivar o pagamento a pronto do preço do Prédio no ato de celebração do contrato de compra e venda, quando o comprador assim o entenda, prevê-se um desconto de 10% sobre o preço arrematado.

ANEXO - I

006-15

ANEXO I
PREÇOS BASE DE LICITAÇÃO DO PROGRAMA "REABILITA PRIMEIRO E PAGA DEPOIS"

Nº de ordem	Morada Principal	Freg.	Descrição Predial	Artigo Matricial	A.B. Máx. (m2)	Preço Base de Licitação Atualizado	Prazos estimados mínimos (meses)		Prazo de Pagamento (meses)
							Obra + Comarc.	Projeto	
1	Alameda dos Pinheiros, 1-3	Ajuda	3129/Ajuda	356/Ajuda	386,00	198.500 €	16	6	22
2	Travessa do Paredal, 17-19	Ajuda	omissa	3314/Ajuda	480,00	109.000 €	12	6	18
3	R Prof Damilto Peres, 98	Lumiar	1297/Lumiar	2617/Lumiar	61,60	44.300 €	12	6	18
4	Rua da Graça, 23-25	São Vicente	omissa	231/São Vicente	175,60	116.000 €	15	6	21
5	Rua Josefa de Óbidos, 25	São Vicente	2435/Santa Engrácia	352/S. Vicente	607,50	479.000 €	18	6	24
6	Rua Domingos Sequeira, 68-72	Estrela	2809/Santa Isabel	1376/Estrela	769,95	500.000 €	20	6	25
7	Rua Vale Formoso de Cima, 16-19	Martim	4999/Santa Maria dos Olivais	349/Martim	178,00	55.000 €	15	8	21
8	Rua Penha de França, 194-198	Penha de França	3981/São Jorge de Arroios	1680/Penha de França	499,60	227.000 €	16	6	22
9	Rua das Amoreiras, 57-61	Campo de Ourique	809/S. Mamede	omissa	465,00	318.000 €	18	6	24
10	Rua do Benfornoso, 171-176	Santa Maria Maior	1451/Anjos	201/Santa Maria Maior	800,00	488.000 €	20	6	25
11	Rua Alexandre Sá Pinto, 67	Belém	2761/Santa Maria de Belém	165/Belém	227,28	138.000 €	14	6	20
12	Rua da Regueira, 60-66	Santa Maria Maior	123 o 164/Santo Estêvão	2699 e 2600/Santa Maria Maior	336,00	198.000 €	20	6	26
13	Rua da Verónica, 18-20	São Vicente	2620/Santa Engrácia	19/São Vicente	288,00	125.000 €	18	6	24
14	Rua Campo de Ourique, 3-9	Campo de Ourique	802/Santa Isabel	332/Campo de Ourique	450,00	203.000 €	16	6	22
15	Rua de Sapadores, 143-149	São Vicente	2516/Santa Engrácia	P 2392/S. Vicente	1894,50	825.000 €	24	6	30



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

01511
2009.01.30.15
15

ANEXO II

PROGRAMA

**Hasta Pública para a alienação de quinze prédios urbanos
no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”**

1. OBJECTO DA HASTA PÚBLICA

A presente hasta pública tem por objeto a alienação de 15 (quinze) prédios urbanos, propriedade do Município de Lisboa, identificados no Anexo I das presentes peças do procedimento, pela morada, freguesia, data de visita do prédio, descrição no registo predial, inscrição matricial, área bruta de construção, preço base de licitação, prazo para a entrega do projeto, prazo para a conclusão de obra e comercialização e prazo máximo para o pagamento do preço do Imóvel ao Município, doravante abreviadamente designados, em conjunto, por “Imóveis”, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”.

2. FINALIDADE DA ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS

- 2.1. A presente Hasta Pública destina-se à alienação dos Imóveis propriedade municipal, com a obrigação de realização de obras de reabilitação ou de reconstrução pelo respetivo adquirente no prazo fixado.
- 2.2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o comprador poderá optar por efetuar o pagamento diferido do preço total devido pelo Imóvel até ao termo do prazo indicado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das presentes peças do procedimento, contado a partir da data da celebração do respetivo contrato de compra e venda.
- 2.3. O comprador poderá optar pelo pagamento total do preço do Imóvel no ato da celebração do contrato de compra e venda, nos termos e condições previstas em 6.2 no Caderno de Encargos.
- 2.4. Sem prejuízo do disposto em 2.2. e 2.3., o pagamento do preço de compra do Imóvel e a realização das obras de reabilitação ou de reconstrução poderão ser realizadas com recurso a fundos próprios ou mediante financiamento bancário contratado para o efeito.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3. CONSULTA DO PROCEDIMENTO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

3.1. As peças do procedimento, constituídas pelo Edital, Programa e Caderno de Encargos e respetivos anexos encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital de abertura até às 20 horas do dia _____ de 2015.

3.2. A cópia das referidas peças poderão ser solicitadas e levantadas na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo indicado em 9.1. infra.

3.3. Os interessados poderão igualmente descarregar as peças da Hasta Pública no sítio da Internet <http://cidadedeoportunidades.cm-lisboa.pt/imoveis.html>

3.4. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

4.1. A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

4.2. A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor Municipal de Gestão Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dr.ª Rita Lourenço

(Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local)

- Dra. Carla Carvalhal

(Chefe da Divisão Central de Compras Municipal)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

c) Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira

(Departamento de Aprovisionamentos - Central de Compras Municipal)

- Dr.^a Isabel Guerreiro

(Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

4.3. A Comissão será assessorada por um técnico ou mais técnicos habilitados a prestar os esclarecimentos necessários em matéria de licenciamento urbanístico, designadamente quanto a projetos, estudo prévio ou pedido de informação prévia sobre o Imóvel.

4.4. Qualquer entidade poderá, no primeiro terço do prazo previsto em 9.1. para a entrega da documentação, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada ou endereço de correio eletrónico indicados em 4.1, supra, os esclarecimentos que entender por necessários.

4.5. O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta. Todos os esclarecimentos ~~que mereçam resposta do Município de Lisboa, serão publicados em Boletim Municipal e~~ comunicados ao respetivo requerente durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.

4.6. Simultaneamente com a publicação em Boletim Municipal e a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas.

5. DATA E HORA PARA EXAMINAR O IMÓVEL

Qualquer interessado poderá examinar cada um dos Imóveis objeto da presente Hasta Pública na data indicada na coluna "Data de visita do Imóvel" do Anexo I das presentes peças do procedimento, entre as 10 horas e as 17 horas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

6. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo II das presentes peças do procedimento.

7. VALOR BASE DE LICITAÇÃO

O valor base de licitação de cada Imóvel objeto da presente Hasta Pública é o indicado na coluna “Preço Base de Licitação” do Anexo I das presentes peças do procedimento.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:

8.1. Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo II das presentes peças do procedimento;
- b) Tratando-se de pessoas coletivas sujeitas a registo comercial, versão impressa da certidão permanente do registo comercial, com indicação do respetivo código de acesso, ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;
- c) Caso o candidato opte por se fazer representar no ato público, procuração, elaborada nos termos do Anexo III das peças do procedimento ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão;
- d) Cópia do cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, acompanhado, nestes casos, de cópia do cartão de contribuinte, no caso de candidatos pessoas singulares;

8.2. Caso o candidato pretenda licitar mais do que um Imóvel bastará apresentar um exemplar dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior, independentemente do número de imóveis que pretenda licitar.

8.3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores serão redigidos em língua portuguesa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

8.4. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional.

8.5. Os candidatos pessoas coletivas sem sede, filial ou estabelecimento estável em território nacional deverão apresentar, em substituição do documento referido na alínea b) do 8.1, o certificado de constituição da pessoa, acompanhado dos respetivos estatutos (*Certificate of incorporation and Artides of Association*), emitidos de acordo com a legislação do respetivo Estado de origem, legalizados num Consulado Português ou de acordo com a Convenção de Haia, e traduzidos para língua portuguesa, com a respetiva tradução certificada nos termos da lei portuguesa.

9. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. Os documentos referidos em 8. supra, são remetidos pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo, em qualquer dos casos, dar entrada na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 13:00 horas do dia _____ de 2015.

9.2. O envelope mencionado no ponto anterior deverá conter a inscrição “Documentos de Habilitação – Hasta Pública para alienação no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro e Paga Depois”, a realizar no dia _____, Processo n.º ... /HP/DP/CCM/2015.

9.3. Se o envio dos documentos for efetuado pelo correio ou entregue em locais diferentes do indicado em 9.1, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

10. CAUSAS DE EXCLUSÃO

Constituem causa de exclusão dos candidatos:

- a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 8. do presente Programa nos exatos termos em que são estabelecidos no presente Programa de Concurso;
- b) A prestação de falsas declarações ou a falsificação dos documentos apresentados, sem prejuízo da participação criminal à entidade competente para o efeito.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

10.1 A desistência, o incumprimento pelo adjudicatário provisório da obrigação prevista no ponto 16.º ou a falta, sem motivo justificável, quando notificado pelo Município para o efeito, à celebração do contrato de compra e venda de Imóvel arrematado em anterior hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, implicará a sua exclusão das hastas do referido programa que se realizem no ano do incumprimento e nos dois anos cívís subsequentes.

11. LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO

11.1. O ato público terá início às 10 horas no dia _____ de 2015, nas salas 1 e 2, Piso 2, Bloco F sita no Campo Grande, n.º 25, 1749-099 Lisboa.

11.2. A Comissão poderá suspender o ato público e marcar nova data e local para a sua realização sempre que o número de candidatos ou as condições técnicas justifiquem tal alteração.

11.3. Os candidatos podem ser representados na hasta pública nos seguintes termos:

- a) No caso de o candidato ser uma pessoa singular, por procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- b) No caso de intervenção do titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada pela exibição do respetivo cartão de cidadão ou bilhete de identidade ou procuração, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes, e exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade dos mandatários;
- c) No caso de intervenção de representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar competência num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de dois ou mais membros do órgão de gestão.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12. TRAMITAÇÃO DO ACTO PÚBLICO

12.1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos recebidos, com os documentos mencionados no ponto 8.

12.2. De seguida, a Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior e interrompe o ato público para que proceda, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos, deliberando sobre a sua admissão ou exclusão, nas situações previstas no ponto 10. do presente Programa.

12.3. Reaberto o ato público, a Comissão procede, depois, à leitura da lista dos candidatos, elaborada segundo a ordem de entrada dos envelopes na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral e comunica as deliberações tomadas sobre a admissão ou exclusão dos candidatos e, neste caso, os fundamentos da exclusão, bem como os Imóveis a que cada candidato admitido concorre.

12.4. Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos admitidos e dos seus representantes, devendo, em caso de candidatura conjunta, os respetivos candidatos designar um representante comum;

12.5. De seguida, é aberta a praça iniciando-se a licitação autónoma e individualizada de cada Imóvel a partir do respetivo valor base.

12.6. Os Imóveis serão licitados pela ordem constante no Anexo I das presentes peças do procedimento, podendo a Comissão da Hasta, em face do número de candidatos existentes, deliberar que a licitação dos Imóveis indicados na segunda parte do referido Anexo seja realizada no dia seguinte ao da abertura do ato público, a partir das 10 horas, no mesmo local.

12.7. No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, nos termos da alínea c) do ponto 8.1 do presente Programa.

12.8. Os lanços não poderão ser inferiores a €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) ou múltiplos para Imóveis com valor base de licitação inferior ou igual a €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), nem inferior a €5.000,00 (cinco mil euros) para os Imóveis de valor base de licitação superior a €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

12.9. A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

12.10. Havendo necessidade ou conveniência, poderá a Comissão que preside à hasta pública determinar a sua interrupção a qualquer momento, com continuação em dia e hora que desde logo fixará.

13. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

14. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

14.1. Encerrada a licitação, o candidato que tenha apresentado ou licitado o valor mais elevado deverá proceder ao pagamento da quantia de €5.000,00 (cinco mil euros), por via eletrónica ou por cheque bancário à ordem do Município de Lisboa.

14.2. Do valor acima mencionado, a quantia de €1.000,00 (mil euros) corresponde a custos relacionados com a transmissão do Imóvel, sendo os restantes €4.000,00 (quatro mil euros) considerados como princípio de pagamento do preço de arrematação.

14.3. De seguida, a Comissão procede à adjudicação provisória de cada Imóvel a quem tenha apresentado o valor mais elevado.

14.4. A desistência por parte de qualquer arrematante, ainda que decorra no ato público, implicará sempre o pagamento da quantia de €5.000,00 acima mencionada.

15. NÃO ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

15.1. Não há lugar a adjudicação provisória quando:

- a) Todas as candidaturas tenham sido excluídas;
- b) Nenhum concorrente haja licitado;
- c) A licitação não for igual ou superior ao valor base de licitação do respetivo Imóvel, tal como indicado na coluna "Preço Base de Licitação" do Anexo I das peças do procedimento;
- d) O Candidato não tenha procedido ao pagamento da quantia indicada em 14.1.;
- e) Existam fundados indícios de conluio entre os candidatos;
- f) Exista erro relevante sobre a identificação ou composição do imóvel ou ainda qualquer outra causa justificativa;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

g) Quando, por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.

15.2. A decisão de não adjudicação provisória, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.

16. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE

16.1. No prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis a contar da data da adjudicação provisória, o adjudicatário provisório deverá apresentar nos serviços municipais os seguintes documentos:

a) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);

b) Versões impressas das certidões de inexistência de dívida às finanças e segurança social, descarregadas em www.portaldasfinancas.gov.pt e www.seg-social.pt, respetivamente, acompanhadas do comprovativo das autorizações conferidas ao Município de Lisboa para que proceda à respetiva consulta ou as correspondentes certidões, em formato de papel, válidas e atualizadas;

c) Declaração de que procederá ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra venda, assumido a obrigação de reabilitar o mesmo no prazo contratualmente fixado ou, nas situações de pagamento diferido do preço do Imóvel com recurso a financiamento bancário, uma das seguintes declarações:

i) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços, registada junto do Banco de Portugal, de que financiará a operação de reabilitação e garantirá o pagamento diferido do preço do Imóvel ao Município de Lisboa no termo do prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna "Prazo de Pagamento (meses)" do Anexo I das peças do procedimento, acompanhada da respetiva minuta de contrato de financiamento; ou

ii) Declaração de compromisso de entidade bancária com sede em território nacional ou de Instituição de Crédito da União Europeia em Regime de Livre Prestação de Serviços,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

registada junto do Banco de Portugal, de que emitirá garantia bancária *on first demand* a favor do Município de Lisboa, no montante correspondente ao preço do Imóvel, de acordo com o Modelo que constitui o Anexo IV das presentes peças do procedimento, caso a operação se realize com fundos próprios e com pagamento diferido do preço do Imóvel no termo do prazo contratualmente fixado, tal como consta da coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento.

16.2. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional, salvo se se tratar, nos termos da legislação fiscal vigente, de pessoa coletiva não residente em território nacional, caso em que ficarão dispensados de apresentar os documentos referidos na alínea b) do número anterior, devendo, no entanto, neste caso, entregar certidão da administração fiscal portuguesa, atestando que o candidato não tem residência fiscal em território nacional.

16.3. Caso o adjudicatário provisório não proceda à entrega atempada dos documentos referidos nos números anteriores, a adjudicação provisória é dada sem efeito e o adjudicatário definitivo perderá o valor entregue nos termos do 14.1. e ficará impedido de participar em próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois que se realize no ano do incumprimento e nos dois anos civis subsequentes.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os valores resultantes das suas licitações, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do ato público.

18. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

18.1. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador responsável pelo pelouro do Património, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

18.2. A adjudicação definitiva não terá lugar, quando:

a) O adjudicatário provisório não proceda em tempo à entrega de qualquer dos documentos referidos em 16. supra;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- b) O adjudicatário provisório não apresente os documentos referidos em 16. supra nos termos ali fixados e no integral respeito pelo disposto nas peças do procedimento;
- c) Existam fundados receios de que o adjudicatário provisório não terá condições para cumprir integralmente as obrigações a que está a vincular, que decorrem das peças do procedimento;
- d) Sempre que existam fundados indícios de conluio entre os candidatos.

18.3. Após a notificação da adjudicação definitiva, poderá o Município de Lisboa, a pedido do adquirente, emitir declaração a autorizar o registo provisório de aquisição do Imóvel a favor do adjudicatário junto do registo predial.

19. MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

19.2. O contrato de compra e venda, com hipoteca em caso de financiamento bancário, ou reserva de propriedade a favor do Município no modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel com fundos próprios, deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da aprovação da respetiva minuta.

19.3. O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do referido contrato de compra, com a antecedência mínima de 8 dias úteis.

19.4. Sem prejuízo dos benefícios fiscais a que haja lugar, o adjudicatário definitivo deverá liquidar o Imposto do Selo e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas até à data da celebração do contrato.

19.5. Caso o adjudicatário definitivo não compareça na data prevista para a celebração do contrato, sem motivo justificado, a adjudicação definitiva ficará sem efeito, perdendo o adjudicatário definitivo o valor entregue nos termos do 14.1. e ficando impedido de participar na próxima hasta do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

20. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a anulação da adjudicação, sem prejuízo de participação criminal à entidade competente para o efeito.

21. REABERTURA DO PROCEDIMENTO

21.1. Sempre que o adjudicatário não proceda à entrega atempada de qualquer dos documentos referidos em 16. supra ou tenha faltado, sem motivo justificável, à celebração do contrato, poderá a Comissão da Hasta Pública proceder à adjudicação provisória do Imóvel ao candidato que tenha litado o segundo valor mais elevado, por menos €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) face ao arrematado para os Imóveis com um valor base de licitação inferior ou igual a €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) ou a € 5.000,00 (cinco mil euros) para os imóveis de valor base de licitação superior a €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).

21.2. Sempre que não seja recebida candidatura relativamente a um dos Imóveis, a Comissão da Hasta publicará anúncio em Boletim Municipal a informar que qualquer interessado poderá apresentar, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da referida publicação, uma proposta de aquisição do Imóvel em carta fechada, devendo tal candidatura respeitar integralmente os termos e condições de alienação aprovados, designadamente o valor base de alienação, bem como dos documentos de habilitação previstos em 8. supra, bem como fixar, desde logo, a data para a abertura das propostas recebidas, no local indicado em 11.1..

21.3. Caso seja apresentada mais do que uma candidatura para o mesmo Imóvel, abrir-se-á licitação entre os respetivos proponentes, logo após a abertura das cartas fechadas.

21.4. Encerrado o ato público, o proponente ou arrematante procederá ao pagamento da quantia de €5.000,00 (cinco mil euros), prevista em 14.1. e, de seguida, a Comissão promoverá a respetiva adjudicação provisória do Imóvel, aplicando-se, a partir deste momento, o disposto nos pontos 16. e seguintes do presente Programa de Concurso.

21.5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Município de Lisboa poderá recorrer a nova hasta pública, nos termos aprovados pela Câmara Municipal, designadamente nas seguintes situações:

a) A hasta pública fique deserta;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- b) Não houver lugar à adjudicação definitiva;
- c) A adjudicação venha a ser anulada;
- d) Caso o adjudicatário falte, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda.

22. ENCARGOS

São encargos dos candidatos todas as despesas relacionadas com apresentação dos documentos necessários para a respetiva participação na hasta pública, com a celebração do contrato de compra e venda, bem como as relativas à constituição e registo de hipoteca voluntária a favor de entidade bancária ou de registo de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa, designadamente taxas, emolumentos e impostos.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. À presente hasta pública são aplicáveis as normas do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, aprovado pelas Deliberações n.ºs 679/CM/2011, de 21 de Dezembro e Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, publicadas em Boletim Municipal n.ºs 931 (1.º suplemento), de 22 de Dezembro de 2011 e 971 (2.º suplemento), de 27 de Setembro de 2012.

23.2. A Hasta Pública reger-se-á supletivamente pelo disposto no Regulamento do Património, aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, com a redação dada pelo Edital n.º 40/90, publicado no Boletim Municipal de 4 Maio e pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604 de 15 de Setembro.

23.3. Para efeitos do presente Programa é adotado o vocabulário urbanístico constante do Regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelos Decreto-Lei n.ºs 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.ºs 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 4 de Setembro e pelos Decretos-Leis n.ºs 18/2008, de 29 de Janeiro, e 116/2008, de 4 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO III À PROPOSTA

CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJETO

1.1. A presente hasta pública tem por objeto a alienação dos 15 (quinze) prédios urbanos municipais identificados no Anexo I das presentes peças do procedimento, com indicação da morada, freguesia, data de visita do Imóvel, descrição no registo predial, inscrição matricial, área bruta de construção, preço base de licitação, prazo para a entrega do projeto, prazo para a conclusão de obra e comercialização e prazo máximo para o pagamento do preço do Imóvel ao Município, doravante, em conjunto, designados por “Imóveis”, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois”, aprovado pelas Deliberação n.º 679/CM/2011, de 21 de Dezembro e Deliberação n.º 348/2012, de 26 de Setembro, publicadas em Boletim Municipal n.º 931 (1.º suplemento), de 22 de Dezembro de 2011 e 971 (2.º suplemento), de 27 de Setembro de 2012.

1.2. Os Imóveis serão transmitidos no estado em que se encontrarem à data da celebração do respetivo contrato, desocupados de pessoas e bens e livres de quaisquer ónus ou encargos, com condições para poderem ser imediatamente intervencionados, após cumpridas as obrigações legais de controlo prévio da respetiva operação urbanística.

1.3. Os Imóveis serão alienados com a obrigação do adquirente realizar obras de reabilitação ou reconstrução no prazo fixado no campo “Prazos” da coluna “Obra e Comercialização” do Anexo I das peças do procedimento, podendo o pagamento do respetivo preço ao Município de Lisboa ser efetuado integralmente na data da celebração do contrato de compra e venda ou ser diferido pelo prazo previsto na coluna “Prazo de Pagamento” do referido Anexo I, que se contará a partir da data da celebração do respetivo contrato de compra e venda.

1.4. Para efeitos do número anterior, o adjudicatário poderá optar por:

a) Proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel no prazo fixado na coluna “Prazo de Pagamento (meses)” do Anexo I das peças do procedimento;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

b) Proceder ao pagamento integral do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda, beneficiando de um desconto de 10% relativamente ao valor arrematado em Hasta Pública.

2. CARACTERÍSTICAS, LOCALIZAÇÃO E EDIFICABILIDADE

As características, localização e edificabilidade de cada Imóvel são as indicadas no Anexo VI das presentes peças do procedimento.

3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. O adquirente deve proceder às obras necessárias para que o Imóvel possa obter um nível de classificação de “BOM”, de acordo com o critério técnico de avaliação do estado de conservação, nos termos da ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação baseada na Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, doravante designada por “Ficha ITE Municipal”, ficha de inspeção técnica aprovada juntamente com as normas do Programa Reabilita Primeiro Paga Depois.

3.2. Sempre que possível, o Município de Lisboa entregará o Imóvel ao adquirente já com as peças processuais de arquitetura necessárias, ou com as que se encontrem disponíveis nos serviços municipais, elaboradas com vista ao deferimento favorável do pedido de controlo prévio da operação urbanística em causa.

3.3. As soluções urbanísticas de edificação e de ocupação e dos espaços preconizadas nos documentos referidos no número anterior, são passíveis de adaptação, de acordo com o RPDM de Lisboa e RMUEL, desde que sejam respeitadas as cêrceas e o número de pisos acima do solo indicados no estudo prévio, podendo o Município de Lisboa autorizar, desde logo, a alteração dos projetos que acompanham a hasta pública, por técnico devidamente habilitado para o efeito, a expensas do adquirente.

3.4. O adquirente deverá contratar os técnicos necessários com vista à formalização do pedido de controlo prévio e fornecimento de todos os projetos que se demonstrem necessários, nomeadamente quando se trate de simples obra de conservação, com substituição de redes (água, esgotos, eletricidade, comunicações, etc.), liquidar as taxas municipais devidas e solicitar a emissão de alvará ou declaração de não rejeição de comunicação prévia, conforme aplicável.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3.5. Os serviços de urbanismo do Município de Lisboa deverão proceder ao controlo prévio das operações urbanísticas necessárias à reabilitação do Imóvel nos prazos legalmente previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

3.6. Nas situações em que vier a ocorrer a necessidade de demolição integral do Imóvel para reconstrução, considerar-se-á, para efeitos de taxas administrativas, que se trata de reabilitação urbana.

3.7. Sem prejuízo do disposto em 3.5., o Município de Lisboa designará técnicos habilitados na área do urbanismo para apoiar os promotores no âmbito do licenciamento e criará uma “Via Rápida” para a apreciação destes projetos.

4. PRAZOS DA RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE

4.1. O adquirente obriga-se a:

- a) A instruir o correspondente processo de licenciamento urbanístico junto dos serviços municipais, de forma perfeita e completa, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da celebração do contrato de compra e venda;
- b) Proceder ao levantamento da licença de construção no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação do deferimento do processo de licenciamento;

b) Concluir as obras de reabilitação ou reconstrução e requerer a respetiva licença de utilização no prazo fixado para cada Imóvel no campo “Prazos” da coluna “Obra e comercialização” do Anexo I das presentes peças do procedimento;

4.2. Caso a obra de reabilitação não seja concluída dentro do prazo contratualmente previsto por falta de certificação legal de instalações de água, eletricidade e gás, acrescerá a tal prazo 30 dias, de modo a que o adquirente remova os obstáculos que impediram tal certificação.

5. VIA RÁPIDA DE LICENCIAMENTO

5.1. Os serviços municipais de urbanismo asseguram, desde o primeiro contato, um gestor de processo de licenciamento especificamente designado enquanto ponto de contacto privilegiado com o serviço, responsável pelo acompanhamento da operação urbanística que pretenda realizar.

5.2. O gestor do processo de licenciamento deve informar periodicamente os interessados, preferencialmente por via eletrónica, sobre o estado do respetivo processo, indicar as



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

alterações e correções que serão necessárias efetuar, bem como a data estimada para a conclusão do procedimento de licenciamento.

5.3. Os serviços municipais de urbanismo deverão apreciar de forma célere os projetos de arquitetura e especialidades, de modo a habilitar o interessado a proceder ao levantamento da licença de construção no prazo fixado na alínea a) do número 4.1. supra, bem como a promover de forma célere a vistoria do Imóvel e emitir a correspondente licença de utilização, após requerimento do interessado devidamente instruído.

6. PAGAMENTO

6.1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o adquirente deverá proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município no prazo previsto na coluna "Prazo de Pagamento (meses)" do Anexo I das presentes peças do procedimento, contado a partir da data da celebração do contrato de compra e venda.

6.2. O adquirente poderá liquidar a totalidade do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda, com um desconto de 10% sobre o valor arrematado, ficando obrigado a concluir o processo de licenciamento e as obras de reabilitação do Imóvel no prazo indicados no campo "Prazos" nas colunas "Projeto" e "Obra e Comercialização", respetivamente.

7. PAGAMENTO INTEGRAL NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O pagamento da totalidade do preço do Imóvel na data da celebração do contrato de compra e venda dispensa o registo de cláusula de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa e confere ao adquirente um desconto de 10% sobre o valor arrematado do Imóvel.

8. REABILITAÇÃO E PAGAMENTO DIFERIDO DO PREÇO, COM RECURSO A FUNDOS PRÓPRIOS

8.1. Sempre que o adquirente opte pelo modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel com recurso a fundos próprios, o Município de Lisboa transmitirá o Imóvel com uma cláusula de reserva de propriedade a seu favor, que vigorará até ao integral cumprimento da obrigação de reabilitar e de pagamento do preço do Imóvel.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

8.2. Na data da celebração do contrato de compra e venda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, será imediatamente promovido o registo predial de aquisição a favor do adquirente, com reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa.

8.3. O adquirente deverá entregar ao Município, na data da celebração do contrato, uma garantia bancária *on first demand* a favor do Município de Lisboa, no montante correspondente ao preço do Imóvel, elaborada nos termos do Anexo III das presentes peças do procedimento.

8.4. O Município de Lisboa poderá executar a garantia bancária caso o adquirente incumpra os prazos de reabilitação e de pagamento previstos para o respetivo Imóvel nas colunas "Obras e comercialização" e "Prazo de Pagamento (meses)" do Anexo I das peças do procedimento, sem motivo justificativo atendível.

8.5. O adquirente poderá solicitar, a todo o tempo, ao Município de Lisboa a mudança para o modelo de reabilitação e pagamento diferido do preço com recurso a financiamento bancário.

8.6. No caso previsto em 8.5, o Município de Lisboa autorizará o cancelamento da reserva de propriedade sobre o Imóvel e da garantia bancária a seu favor mediante a celebração de ~~contrato de financiamento com constituição de hipoteca a favor de entidade bancária que~~ conceda crédito para efeitos de conclusão da operação de reabilitação e garanta o pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa nos termos previstos em 9 infra.

9. REGIME DE REABILITAÇÃO E PAGAMENTO DO PREÇO COM RECURSO A FINANCIAMENTO BANCÁRIO

9.1. A entidade bancária selecionada pelo adquirente deverá garantir o financiamento das obras de reabilitação, bem como o pagamento do preço de aquisição do imóvel no termo do prazo contratualmente fixado, indicado na coluna "Prazo de Pagamento (meses)" do Anexo I das presentes peças do procedimento.

9.2. Para efeitos do número anterior, na data da celebração do contrato de compra e venda do Imóvel, deverá o adquirente constituir hipoteca voluntária sobre o Imóvel a favor da entidade bancária selecionada, para garantir o reembolso das quantias mutuadas para efeitos de realização da operação de reabilitação, bem como do pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

9.3. O contrato de financiamento deverá prever que, em caso de vencimento antecipado das obrigações emergentes desse contrato ou incumprimento das obrigações ou do prazo previsto na coluna "Obra e comercialização" do Anexo I das presentes peças do procedimento, a instituição bancária procederá ao pagamento antecipado do preço ao Município de Lisboa, nos termos previstos em 13.2.

10. DISPONIBILIZAÇÃO DE FUNDOS

10.1. O capital mutuado nos termos fixados em 9. supra será disponibilizado nos termos contratualizados com a entidade financiadora, devendo a última das tranches corresponder ao pagamento ao Município de Lisboa do valor correspondente ao preço do Imóvel.

10.2. O adquirente do Imóvel deverá mandar irrevogavelmente a entidade bancária selecionada para proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, logo que ocorra um dos seguintes eventos:

- a) Incumprimento do prazo previsto na coluna "Obra e comercialização" do Anexo I das peças do procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte;
- b) Resolução do contrato de financiamento;
- c) Decorrido o prazo referido em 6.1. supra;
- d) Os previstos em 10.4 e 10.5 infra.

10.3. Para efeitos do disposto nas alíneas a) e c) do número anterior, o Município de Lisboa notificará a entidade bancária para proceder ao pagamento do preço do Imóvel, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da receção da referida comunicação.

10.4. A alienação da totalidade do Imóvel pelo adquirente após a conclusão das obras de reabilitação e em momento anterior ao termos do prazo fixado para o pagamento da totalidade do preço do Imóvel, determinará o vencimento imediato da obrigação de pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, devendo o adquirente, diretamente ou através da entidade bancária, proceder ao pagamento do preço do Imóvel ao Município previamente ao ato de transmissão do Imóvel para terceiro.

10.5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a alienação de uma fração do Imóvel antes de decorrido o prazo fixado para a comercialização do Imóvel obrigará o adquirente a proceder ao pagamento da quota-parte correspondente ao preço de compra do Imóvel, em caso de opção pelo pagamento diferido do preço.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

10.6. Caso não tenha decorrido o prazo fixado para a comercialização do Imóvel, a venda de uma fração do Imóvel apenas obrigará o adquirente, diretamente ou através da entidade bancária, a proceder ao pagamento integral do preço de compra do Imóvel ao Município de Lisboa, caso as frações autónomas remanescentes tenham um valor de mercado inferior ao preço do Imóvel arrematado em hasta pública.

10.7. Para efeitos do disposto nos números 10.4, 10.5 e 10.6., o proprietário do Imóvel deverá notificar o Município de Lisboa com a antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data agendada para a celebração do respetivo contrato de compra e venda com terceiro.

10.8. Na data da celebração do contrato de compra e venda do Imóvel com terceiro, por documento particular autenticado ou escritura notarial, o Município de Lisboa cancelará a reserva de propriedade que incida sobre o Imóvel ou sobre as respetivas frações autónomas, sempre que tal exista.

10.9. O Município de Lisboa emitirá documento de quitação relativamente às quantias recebidas a título de pagamento parcial ou integral do preço do Imóvel.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município de Lisboa reserva-se no direito de fiscalizar a execução das obras de reabilitação do Imóvel, de modo a verificar se as obrigações contratuais estão a ser integralmente cumpridas e se estão a ser respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.2. O adquirente obriga-se a facultar o acesso ao Imóvel ao Município de Lisboa, seus trabalhadores ou entidades externas incumbidas por este de proceder à fiscalização.

12. PENALIZAÇÕES

O Município de Lisboa aplicará uma penalização correspondente a 1% sobre o valor arrematado do Imóvel, por cada mês completo de atraso relativamente ao prazo previsto para a conclusão da obra de reabilitação, desde que decorrente de factos exclusivamente imputáveis ao adquirente.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1. O Município de Lisboa obriga-se a proceder à marcação de reuniões com a Direção Geral do Património Cultural para efeitos de apreciação e emissão dos pareceres vinculativos legalmente exigíveis, bem como praticar todas as diligências e atos necessários para que os processos de licenciamento sejam deferidos de forma célere.

13.2. O Município de Lisboa obriga-se a entregar ao adquirente o Imóvel livre de pessoas e bens e em condições e de poder ser imediatamente intervencionado, depois de cumpridas as eventuais obrigações de controlo prévio das operações urbanísticas em causa.

13.3. O Município de Lisboa compromete-se a colaborar com o adquirente para a obtenção do melhor resultado com vista ao cumprimento do contrato, abstendo-se da prática de atos inúteis ou que causem encargo desproporcionado ao adquirente do Imóvel.

13.4. O exercício pelo Município de Lisboa das prerrogativas e poderes conferidos por normas legais ou regulamentares não constitui obstáculo ao cumprimento das obrigações por parte do adquirente do Imóvel.

13.5. O Município de Lisboa não participará no investimento nem avalizará empréstimos que o adquirente venha a contrair, devendo este assumir o financiamento da totalidade das obras a executar.

13.6. O Município de Lisboa transmitirá a propriedade dos imóveis no estado em que se encontrem à data de outorga do contrato de compra e venda, não se responsabilizando por qualquer eventual desconformidade face ao que o próprio comprador retirou da visita ao local.

13.7. O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente do aumento da área de construção indicada na ficha urbanística do Imóvel, no âmbito da aprovação do projeto de licenciamento.

13.8. Para efeitos do disposto no número anterior, a mais-valia urbanística é apurada nos seguintes termos:

$$\text{Valor unitário da mais-valia (m}^2\text{/€)} = \frac{\text{Valor arrematado (€)}}{\text{Total da área de construção prevista na ficha urbanística (m}^2\text{)}}$$



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Valor da mais-valia= Valor unitário da mais-valia (€/m²) X de aumento de área de construção (m²)

14. OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE

14.1. A reabilitação do Imóvel deverá cumprir escrupulosamente o previsto no âmbito do controlo prévio da respetiva operação urbanística.

14.2. O adquirente obriga-se a garantir que as obras de reabilitação são executadas com o menor impacto possível sobre os prédios confinantes, sob pena de vir a suportar a reparação de todos os danos daí resultantes, ainda que a título de mera negligência.

14.3. Durante as obras de reabilitação, deverão ser minimizados os transtornos na circulação viária e de peões.

14.4. O adquirente obriga-se ainda a:

- a) Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos de licenças e/ou alvarás necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações necessários à realização das obras de reabilitação do Imóvel;
- b) Assumir o pagamento atempado de todas as taxas, impostos, contribuições e emolumentos relacionados com a aquisição, licenciamento urbanístico e detenção do Imóvel, constituição de ónus ou garantias de natureza real.
- c) Elaborar, a expensas suas, todos os estudos, projetos ou quaisquer documentos que sejam necessários para executar as obras de reabilitação;
- d) Cumprir as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social, bem como pagar todas as taxas, contribuições e impostos legalmente exigidos, bem como autorizar o Município de Lisboa a consultar, por via eletrónica, a sua situação contributiva perante as finanças e a segurança social, até ao integral pagamento do preço do Imóvel;
- e) Obter atempadamente junto dos serviços municipais todas as licenças, autorizações ou aprovações, exigidas por lei ou regulamento para a realização das obras de reabilitação ou reconstrução do Imóvel;
- f) Cumprir todas as obrigações e suportar os custos e encargos relativos ao cumprimento de normas de natureza ambiental;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- g) Praticar uma política preventiva de acidentes, de trabalho ou outros, disponibilizando e divulgando a informação necessária, em locais que sejam facilmente acessíveis;
- h) Colaborar com a fiscalização do Município de Lisboa em tudo o que seja necessário para assegurar o cumprimento do contrato ou de normas legais ou regulamentares aplicáveis;
- i) Dar conhecimento imediato ao Município de Lisboa de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar o cumprimento pontual de qualquer das obrigações emergentes do contrato ou que possam por em causa o Imóvel, caso exista reserva de propriedade sobre o Imóvel registada a favor do Município de Lisboa;
- j) Comunicar ao Município a conclusão das obras, independentemente de tais obras se encontrarem sujeitas a procedimento de controlo prévio ou dispensadas ou isentas de tal procedimento, no prazo máximo de 30 dias a contar da conclusão das mesmas.

14.5. O adquirente apenas poderá hipotecar o imóvel exclusivamente para garantia do financiamento da reabilitação e pagamento diferido do preço do Imóvel, competindo-lhe a escolha da entidade financiadora e a negociação das respetivas condições de financiamento, ficando os termos do contrato sujeitos a acordo tripartido, entre a entidade bancária, adquirente e Município.

15. INCUMPRIMENTO

15.1. O não cumprimento pelo adquirente das obrigações previstas no presente caderno de encargos, no contrato a celebrar com o Município de Lisboa implicará o vencimento antecipado da obrigação de pagamento do preço, que será efetuado pela instituição bancária que vier a financiar a operação ou mediante acionamento da garantia bancária *on first demand*, bem como o pagamento de todas as taxas administrativas devidas.

15.2. Constituem, designadamente, causas de incumprimento:

- a) Desconformidade entre as obras efetuadas e o projeto aprovado;
- b) Destruição do edifício, caso o adquirente não o reconstrua dentro do prazo razoavelmente fixado pelo Município de Lisboa para esse efeito;
- c) Não cumprimento do prazo de conclusão das obras, indicado no campo "Prazos" da coluna "Obra e comercialização", por facto imputável ao adquirente, por prazo superior a trinta dias úteis;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

d) Embargo da obra sem que a respetiva desconformidade seja resolvida ou retificada no prazo de três meses a contar da data do embargo;

e) Resolução do contrato de financiamento.

15.3. Caso o Município de Lisboa declare o incumprimento contratual, notificará a entidade bancária para proceder ao pagamento do preço do imóvel, no prazo de dez dias úteis a contar da receção da referida comunicação ou acionará imediatamente a garantia bancária de que é beneficiária.

15.4. Verificando-se qualquer facto que implique a resolução do contrato de financiamento, vencer-se-á de imediato a obrigação de pagamento do preço do Imóvel ao Município de Lisboa, obrigando-se a entidade bancária a proceder à transferência do preço do Imóvel para o Município de Lisboa no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da resolução do contrato.

16. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

16.1. É expressamente proibida a transmissão da posição de adjudicatário.

16.2. É proibida a cessão da posição contratual e a venda do Imóvel por parte do adquirente que beneficie do diferimento do pagamento do preço do Imóvel, bem como a celebração de quaisquer contratos que, mesmo sem essa denominação, pretendam objetivamente obter resultado semelhante ou idêntico, total ou parcial, sem a prévia autorização do Município de Lisboa.

16.3. Para efeitos do número anterior, considera-se transmissão a terceiro a celebração de quaisquer contratos que, mesmo sem a denominação de venda do imóvel, pretendam objetivamente obter resultado semelhante ou idêntico, total ou parcial, incluindo a alienação de participações sociais que representem mais de 75% do capital social da sociedade adquirente do imóvel.

16.4. Salvo consentimento expresso do Município, o adquirente que beneficie do diferimento do pagamento do preço do Imóvel, não poderá alienar, parte ou a totalidade, do Imóvel sem que se encontrem concluídas as obras de reabilitação.

16.5. Caso o adquirente do Imóvel, que tenha procedido ao pagamento do preço ao Município no ato do contrato de compra e venda venha a alienar o Imóvel a terceiro antes de concluído o processo de controlo prévio da operação urbanística a terceiro, designadamente



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

antes da emissão em seu nome e pagamento das correspondentes licenças, fica obrigado a pagar o valor correspondente ao desconto de 10% que obteve por via do pagamento a pronto.

16.6. Em caso de incumprimento do previsto no número anterior, poderá o Município demandar o terceiro adquirente, sem prejuízo do direito de regresso deste sobre o adquirente do Imóvel em virtude da hasta pública.

17. ENCARGOS E DESPESAS

17.1. Todos os encargos legais e despesas decorrentes da alienação do Imóvel, bem como de constituição de hipoteca voluntária e registo desta ou de cláusula de reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa, ou relacionadas com a emissão de garantia bancária são da responsabilidade do adquirente.

17.2. Sem prejuízo dos benefícios fiscais aplicáveis, o adquirente fica obrigado a liquidar e pagar o Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT), apresentando o correspondente documento comprovativo no ato da celebração do contrato de compra e venda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, bem como ao pagamento do Imposto de Selo devido.

17.3. Sem prejuízo dos benefícios fiscais legalmente previstos, o adquirente fica ainda obrigado a proceder ao pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis a partir do ano em que ocorrer a transmissão do Imóvel para o seu património.

18. SEGURO

Caso a operação de reabilitação se realize com recurso a fundos próprios com diferimento no pagamento do preço do Imóvel, deverá o adquirente celebrar e manter em vigor, até ao integral pagamento do preço do Imóvel, apólice de seguro que garanta a cobertura de perdas e danos acidentais causados ao Imóvel, inscrevendo o Município de Lisboa como respetivo beneficiário.

19. COMPROMISSO ARBITRAL

19.1. A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

19.2. Para efeitos do disposto no número anterior, a tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

- a) Cada Parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá;
- b) Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral;
- c) O presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao presidente do tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

20. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

As divergências que existam entre os documentos relativos à hasta pública e o contrato de compra e venda devem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, aplica-se as normas imperativas da lei e do Caderno de Encargos;
- b) Em segundo lugar, aplicam-se as disposições do contrato de compra e venda, na sua versão final, que não colidam com as disposições imperativas da lei e do Caderno de Encargos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO I
IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS A ALIENAR NO ÂMBITO DA HASTA
PÚBLICA DO PROGRAMA “REABILITA PRIMEIRO PAGA DEPOIS”

ANEXO I
PREÇOS BASE DE LICITAÇÃO DO PROGRAMA "REABILITA PRIMEIRO E PAGA DEPOIS"

Nº de ordem	Morada Principal	Freg.	Descrição Predial	Artigo Matricial	A.B. Máx. (m2)	Preço Base da Licitação Atualizado	Prazos estimados mínimos (meses)		Prazo de Pagamento (meses)
							Obra + Comerc.	Projeto	
1	Alameda dos Pinheiros, 1-3	Ajuda	3129/Ajuda	336/Ajuda	385,00	198.500 €	16	6	22
2	Travessa do Pardal, 17-19	Ajuda	omissa	3314/Ajuda	460,00	109.000 €	12	6	18
3	R. Prof. Damiano Peres, 98	Lumiar	1237/Lumiar	2617/Lumiar	61,60	44.300 €	12	6	18
4	Rua da Graça, 23-25	São Vicente	omissa	231/São Vicente	175,50	116.000 €	15	6	21
5	Rua Josefa de Óbidos, 25	São Vicente	2435/Santa Eufácia	352/S. Vicente	607,50	479.000 €	18	6	24
6	Rua Domingos Sequeira, 68-72	Estrela	2805/Santa Isabel	1376/Estrela	768,95	500.000 €	20	6	26
7	Rua Vale Formoso de Cima, 15-19	Marvila	4899/Santa Maria dos Olivais	349/Marvila	176,00	55.000 €	15	6	21
8	Rua Penha de França, 194-198	Penha de França	3981/São Jorge de Arroios	1680/Penha de França	498,60	227.000 €	16	6	22
9	Rua das Anonheiras, 57-61	Campo de Ourique	* 808/S. Marcondes	omissa	465,00	318.000 €	18	6	24
10	Rua do Benfornoso, 171-175	Santa Maria Maior	1451/Azules	231/Santa Maria Maior	800,00	486.000 €	20	6	26
11	Rua Alexandre Sá Pinto, 67	Belem	27619/Santa Maria de Belem	165/Belem	227,78	138.000 €	14	6	20
12	Rua da Regueira, 65-66	Santa Maria Maior	123 e 164/Santo Estêvão	2599 e 2600/Santa Maria Maior	336,00	192.000 €	20	6	26
13	Rua da Verónica, 18-20	São Vicente	2620/Santa Eufácia	15/São Vicente	270,09	116.500 €	18	6	24
14	Rua Campo de Ourique, 3-9	Campo de Ourique	912/Santa Isabel	332/Campo de Ourique	450,00	203.000 €	16	6	22
15	Rua da Sapateiros, 143-149	São Vicente	2516/Santa Eufácia	P 2392/S. Vicente	2025,00	880.000 €	24	6	30



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO I

MINUTA DE DECLARAÇÃO

1 — (Nome, número fiscal de contribuinte, número de cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, estado civil e domicílio ou, no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, sede, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, indicação do número de pessoa coletiva, da conservatória do registo comercial onde se encontra registada e do respetivo capital social), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado conhecimento das peças da hasta pública a realizar no dia _____, Processo n.º ... /HP/CCM/2015, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois e pretendendo adquirir e reabilitar o prédio urbano sito

_____, vem por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos:

(2):

a) ...

b) ...

...

2 — Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (8);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- f) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, contribuições e taxas ao Município de Lisboa;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (11);
- h) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);
- i) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);
-
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada.

(local), ... (data), ..

[assinatura do candidato ou do representante legal do candidato, não carece de ser reconhecida (17)].

- (1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.
- (2) Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (9) Declarar consoante a situação.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um prédio bastará um exemplar desta declaração e dos documentos a apresentar nos termos do ponto 2. desta declaração.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO II
PROCURAÇÃO

_____ (identificação do concorrente), [(1) representado neste ato por _____, com poderes para o efeito], constitui seu bastante procurador _____ (nome, estado civil e nacionalidade do procurador), titular do cartão de cidadão/ bilhete de identidade/passaporte n.º _____, a quem confere a totalidade dos poderes necessários para o/a representar na hasta pública promovida pelo Município de Lisboa, a realizar no dia _____, Processo n.º .../HP/DA/CCM/2015, que tem por objeto a alienação dos Imóveis identificados no Anexo I das peças do procedimento, no âmbito do Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, e licitar o(s) seguinte(s) prédio(s) urbanos:

a) Sítio na _____;

b) Sítio na _____;

(...)

Nos poderes de representação aqui atribuídos incluem-se, em especial, os de participar e intervir no ato público do concurso, entre outros, solicitando esclarecimentos, participando em decisões comuns, apreciando documentos, tomando conhecimento de atos ou factos, aceitando notificações, deduzindo reclamações, interpondo recursos e, muito especialmente o poder de, no momento e condições definidas no Programa de Concurso, licitar em nome do representado, formulando lances que consistem em propostas de pagamento do preço, a pronto ou diferido, do(s) Imóvel (Imóveis) pelo candidato ao Município de Lisboa, nos termos definidos no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos.

O limite máximo do número e valor dos lances que o procurador tem poderes para propor ao Município de Lisboa, é absolutamente secreto entre o representado e o procurador, não podendo nem devendo ser do conhecimento do Município, pelo que, em caso algum, o representado poderá invocar abuso de representação, ficando válida e definitivamente vinculado à intervenção e proposta do procurador, como se estivesse ele próprio a intervir.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

A constituição desta procuração e o exercício de qualquer dos poderes aqui conferidos, significam a expressa e irretratável declaração de que o procurador é suficientemente capaz de entender e querer, exigida pela natureza do negócio jurídico em que intervém, especialmente tendo em consideração que a tramitação do processo é em língua portuguesa.

Data

(Assinatura suficiente para obrigar o candidato, reconhecidas legalmente nessa qualidade)

(1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um prédio bastará um exemplar desta procuração



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

ANEXO III

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco..... com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (euros), destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato de compra e venda do prédio urbano sito na _____, com a área de construção de _____, descrito no registo predial sob o n.º _____ da freguesia de _____, inscrito na matriz urbana da freguesia de _____ sob o artigo _____, com diferimento do pagamento do respetivo preço para a data fixada para o cumprimento da obrigação de conclusão das obras de reabilitação ou de reconstrução pelo adquirente, objeto da Hasta Pública n.º ____HP/DA/CCM/2015, regulada nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no prazo máximo de 10 dias uteis a contar da receção do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa,..... dede 2015

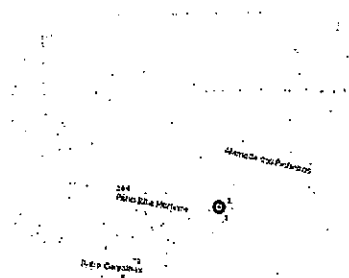
(assinatura)

Obs.: qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas deverão ser reconhecidas na qualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

Freguesia: Ajuda
Morada: Alameda dos Pinheiros, 1-3
Cód. SIG: 0101008003001
Obra n.º 12207



Data: 02/09/2015.

Estudos: Estudo de Estrutura Urbana e Estudo de Análise Urbana - Coroa Sudoeste (elaboração).

Projetos Urbanos - 15.Ajuda - Belém

Existente: N.º pisos: 3

Área da Parcela: 134,00m² (área registada)

Área de Implantação: 110,00m² (área registada)

Área Bruta de Construção: 330,00m²

PDM:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Inventário Municipal do Património:

01.14 (Edifício de habitação plurifamiliar/Calçada da Ajuda, 260-264 - Pátio da Rita Murteira), podendo a intervenção ser sujeita a parecer da Estrutura Consultiva do RPDM (art. 6.º).

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) - ZEP do Palácio Nacional da Ajuda/Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Ve-lho e Jardim Botânico).

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação com manutenção do edifício existente, salvaguardando-se os elementos patrimoniais relevantes que compõem o edifício (arts. 26.º a 29.º do PDM).

N.º pisos: 3 + aproveitamento do sótão (nos termos expressos no art. 28.º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 134,00m² (área registada);

Área de Implantação: 110,00m² (área registada).

Área Bruta de Construção: 385,00m².

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços, Equipamento, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art. 41.º e salvaguardando-se as condicionantes patrimoniais expressas no art. 30.º, todos do RPDM).

CA



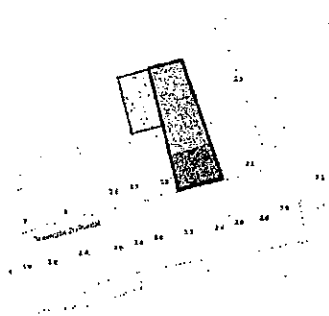
Valores retirados do Cadastro do Registo Predial.

O Município deverá ser avisado de eventual mais-valia urbanística decorrente do aumento da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

Freguesia: Ajuda (Nova Freguesia)
Morada: Travessa do Pardal, 17-19
Cód. SIG: 0103301034001
Obra n.º 31002



Data: 27.02.2015

Estudos: Estudo de Estrutura Urbana - Coroa Sudoeste e Rio Seco (elaboração).

Existente: N.º pisos: 2.

Área da parcela: 721,21m² (517,35+31,06+168,80) (levantamento topográfico).

Área coberta: 168,80m² (47,43+11,00+63,82+46,55) (levantamento topográfico).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana Prioritária - Rio Seco.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial a Consolidar.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda, com manutenção da fachada confinante com a Travessa do Pardal, salvaguardando-se o acerto de empenas a tardo e as necessidades de captação.

N.º pisos: 2 + aproveitamento de sótão, nos termos expressos no n.º 5 do art. 58.º do PDM.

Previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, nos termos expressos no art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 275,00m² (segundo levantamento topográfico).

Área de Implantação: 185,00m² (levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 460,00m² (185,00x2 + 90,00).

Uso: Habitação, Comércio / Serviços, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos no art. 41.º do RPDM, por remissão do disposto no art. 59.º do RPDM).

CA



Valor estimado para a obra: 1.000.000,00 (um milhão de euros).
O Município não se responsabiliza por eventual perda de valor da obra.
A obra de construção que vier a ser aprovada pelo órgão de licenciamento.

ADENDA

A Ficha de Edificabilidade já havia sido elaborada, mas não teve seguimento, nem era definitiva, pois tinha por base diferentes pressupostos.

Em reunião conjunta, entre os vários serviços envolvidos, o Dr. António Furtado, referiu a necessidade de revisão da mesma, **pois terá que ser considerado «um direito de superfície e a Via de meia encosta».**

Atendendo à complexidade e eventual necessidade de estudo de reparcelamento, propõe-se a elaboração de um estudo urbanístico/reparcelamento, que reorganize a zona.

~~Face à rectificação efetuada, propõe-se um destaque da parcela de terreno assinalada. A Ficha de Edificabilidade agora efetuada pressupõe o destaque, sendo provisória até que os valores do destaque sejam definitivos e o destaque seja efetuado. (De referir que já existe um levantamento topográfico, da parcela assinalada).~~

CA

- Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000
- O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento

Pág. 2 de 2



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

Freguesia: Lumiar
Morada: Rua Professor Damião Peres, 98
Cód. SIG: 1807403029001
Obra n.º: 61211



Data: 02.09.2015

Existente:

Trata-se de um edifício de habitação unifamiliar, inserido numa área consolidada de moradias (Bairro J. Pimenta, lote 117), localizada numa encosta a sul, cujo acesso se efectua por escadarias. Trata-se de um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo predial de Lisboa, sob o n.º 1279, da freguesia do Lumiar, com uma área registada de 73.60m². A área descoberta compreende 12.00m², sendo composta por 2 áreas distintas: o átrio de entrada, localizado numa cota altimétrica superior e uma área de pátio, localizada a uma cota altimétrica inferior, a que corresponde a cota da laje de pavimento.

N.º de pisos: 1

Área da Parcela: 73.60 m² (registo predial)

Área de Implantação: 61,60 m² (registo predial)

Área Bruta de Construção: 61.60 m² (registo predial)

PDM:

Unidade Operativa de Planeamento:

UOP-01 – Coroa Norte

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano D

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Servidão do Aeroporto de Lisboa

Viabilidade Urbanística:

Obra de reabilitação, com manutenção do edifício existente, nos termos do n.º 7, do art. 42º do PDM.

N.º de pisos: 1

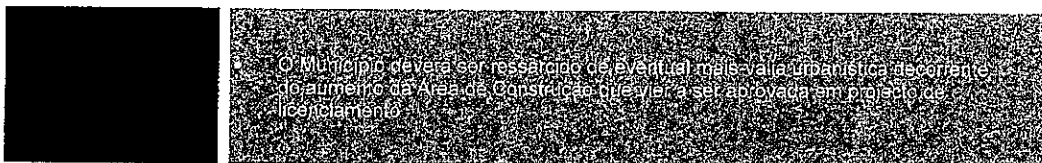
Índice de edificabilidade = 1 (nos termos da alínea e) do n.º 7 do art. 42º do PDM).

Área de Implantação = 61.60 m²

Área Bruta de Construção = 61.60 m²

Uso: Habitação, nos termos expressos no n.º 7 do art. 41º do PDM.

MB



O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente do aumento da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)

Morada: Rua da Graça 23 -25

Cód. SIG: 16013020111001

Obra 21563



Data: 18.06.2015.

Existente: N.º de pisos: 2.

PDM:

Reabilitação Urbana:

ARU – Área de Reabilitação Urbana

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço central e residencial consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de valor arqueológico: Nível III

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona de protecção a Imóveis classificados - Conjunto de Interesse Público (Bairro Estrela d'Ouro) – condicionante DGPC.

O Imóvel faz parte da Carta Municipal do Património, integrado no **Conjunto Arquitetónico - 16.02**, sujeito a parecer do Núcleo Residente da Estrutura Consultiva (NREC), nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Regulamento do PDM.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação do prédio existente, nos termos do artigo 27º e 28º do Regulamento do PDM.
Nº pisos: 2 pisos + aproveitamento do sótão (nos termos do ponto 6 do artigo 42º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art.º 75.º do RPDM.

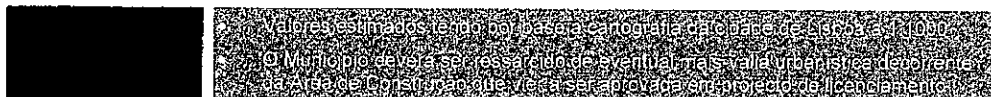
Área da parcela: 112,80 m²

Área de Implantação: 72,80m² + logradouro (40,00 m²).

Área Bruta de Construção proposta: 175,60m² (72,80m² x 2 pisos + 30,00m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos no n.º 5, do art. 41.º

AC



em semi-cave para o logradouro (tendo como referência as alturas dos edifícios confinantes, nº. 151 - «Escola Natália Correia» e nº. 141 da Rua dos Sapadores).

Possibilidade de ampliação da profundidade das empenas do edifício existente, nos termos do art.º 43.º do PDM, assegurando a concordância com a empena do edifício confinante nº.151.

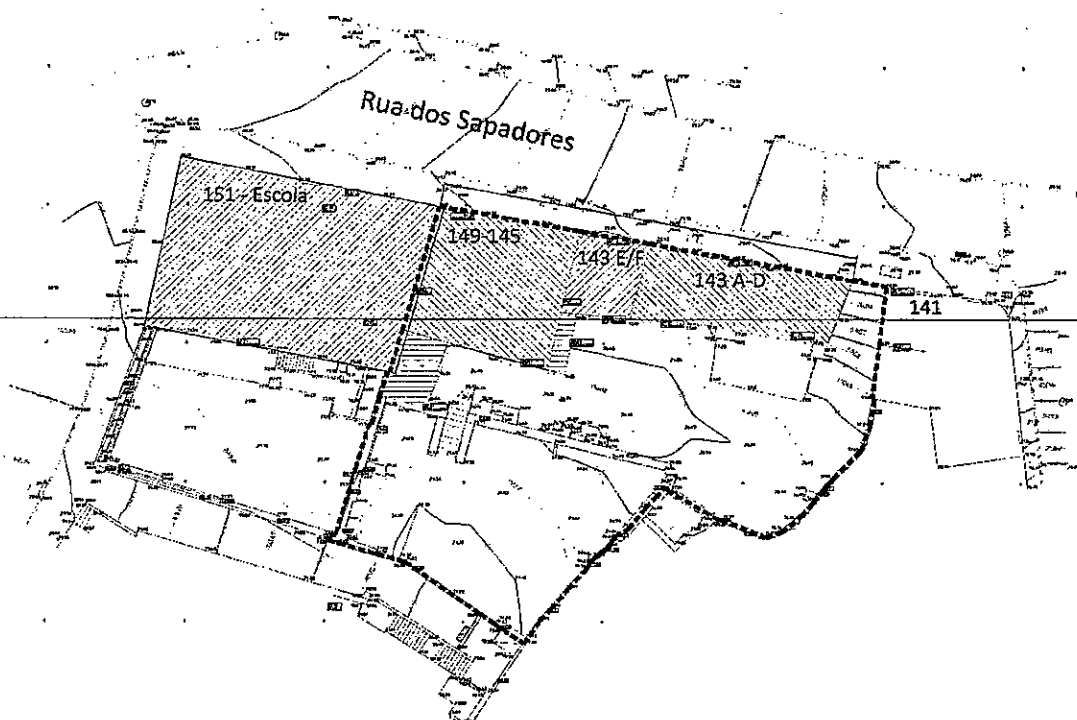
Manutenção da entrada para o interior do logradouro, pelo nº. 143 da Rua dos Sapadores.

Área de Implantação: 450.00m² (15.00 x 30.00)

Área Bruta de Construção: 2025.00m² (4p. x 450.00m² + aproveitamento de sótão 225.00m²).

Previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, nos termos do art.º 75.º do PDM, em consonância com a ampliação.

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços, Turismo, Equipamento, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art.º 41.º do PDM).



Levantamento topográfico, realizado em Fevereiro de 2015.

MB



NOTAS:

O prédio encontra-se numa parcela com dois artigos:

- a) Artigo 221 da Freguesia da Graça (actual São Vicente) na Rua da Graça nº 23, 23A e 25, com a.c.- 106,00m2 e a.d.-112,00m2; (Registo Predial).
- b) Artigo 221 da Freguesia da Graça (actual São Vicente) Rua da Graça nº 27, 29, 31 e 33, com a.c. – 686,00m2 e a.d. – 1104,00m2; (Registo Predial).

As áreas constantes no Registo Predial não correspondem às áreas da parcela, devendo as mesmas ser rectificadas de acordo com o levantamento topográfico.



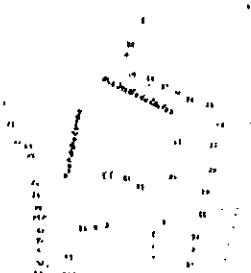
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente (Nova Freguesia)

Morada: Rua Josefa de Óbidos, 25

Cód. SIG: 1601304003001

Obra n.º 12615



Data: 14.03.2014.

Existente: Nº pisos: 4 + aproveitamento de sótão + cave.

Área da parcela: 160,34 m² (área registada).

Área de Implantação: 135,00m² (segundo Caderneta Predial Urbana).

Área Bruta de Construção: 607,50m² (135,00 x 4 + 67,50).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana/Bairro de Intervenção Prioritária - Graça/Sapadores.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação com manutenção das fachadas do edifício existente (admissão da demolição quase integral do interior, com excepção dos átrios de entrada e núcleos de escadas) com possibilidade de ampliação através de um melhor aproveitamento de sótão.

Nº pisos: 4 + aproveitamento de sótão (nos termos expressos no art. 42.º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 160,34 m² (área registada).

Área de Implantação: 135,00m² (segundo Caderneta Predial Urbana).

Área Bruta de Construção: 607,50m² (135,00 + 90,00).

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços, Equipamentos, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art. 41.º do RPDM).



Atestamos que a presente informação foi fornecida de acordo com o conhecimento da Câmara Municipal de Lisboa.



Área Bruta de Construção: 769,95 m2.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Valores estimados tendo por base o censo urbano da cidade de Lisboa 3-1-2000.
O Município de Vila Serpenteando de eventual mais a sua urbanística de conformidade com a Lei de Construção que vier a ser aprovada em Projecto de Iluminação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

Freguesia: Marvila
Morada: Rua do Vale Formoso de Cima, n.º 15-19
Cód. SIG: 2108708015001
Obra n.º 3284



Data: 10.07.2015.
Existente: N.º pisos: 2 pisos.
Área da parcela: 74,00 m²
Área de Implantação – 74,00 m²

PDM:

Reabilitação Urbana:
ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal I – Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico : Nível 3

O Imóvel faz parte da Carta Municipal do Património , integrado no **Conjunto Arquitetónico – 21.68** , sujeito a parecer da Estrutura Consultiva do PDM, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento do PDM.

Servidão do Aeroporto de Lisboa- (Superfície Cónica de Transição) – condicionante Ana –Aeroportos de Navegação aérea.

Servidão Militar Aeronáutica – condicionante Ministério da Defesa Nacional

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM (mesmo quando ocorra mudança de uso).

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda

N.º pisos: 2 pisos + aproveitamento de sótão (nos termos expressos no art. 42.º do RPDM).

Área da parcela: 74,00 m²

Área de Implantação: 74,00 m².

Área Bruta de Construção: 178,00 m² (74,00m² x 2 + 30,00m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Equipamento e Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos no n.º 4 e 5 do art. 41.º do RPDM).

AC





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Penha de França
Morada: Rua da Penha de França, 194-198
Cód. SIG: 2501301081001
Obra n.º 37134



Data: 22.03.2013

Estudos: Estudos de Estrutura Urbana e de Análise Urbana - Penha de França (concluídos).

Existente: N.º pisos: 2.

Área da parcela: 311,40m² (com base no levantamento topográfico).

Área de Implantação: 91,00m² (com base no levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 182,00m² (com base no levantamento topográfico).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano B.

Viabilidade Urbanística:

Obra nova - Possibilidade de demolição, para construção de 4 pisos + aproveitamento de sótão.

N.º pisos: 4 + aproveitamento de sótão (nos termos expressos no art. 42.º do RPDM).

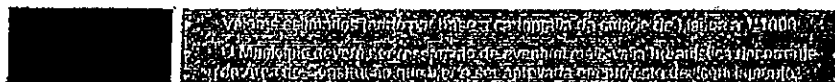
Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 311,40m² (com base no levantamento topográfico).

Área de Implantação: 110,85m² (com base no levantamento topográfico).

Área Bruta de Construção: 499,50m² (443,40m² + 55,60m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 6 do art. 41.º).





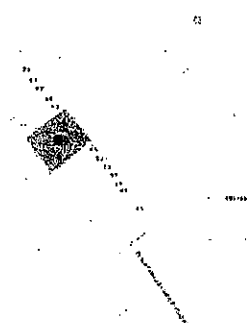
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Campo de Ourique (Nova Freguesia)

Morada: Rua das Amoreiras, 57-59

C6d. SIG: 3001601019001

Obra: 44524



Data: 18.06.2015.

Existente: N.º de pisos: 1.

PDM:

Reabilitação Urbana:

ARU-área de Reabilitação Urbana

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço central e residencial consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

ZEP- Conjunta da Mãe d'Água e Aqueduto das águas Livres (Troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do Edifício da Travessa da Fábrica das Sedas, 37- 49

ZEP - Zona Especial de Protecção (Monumento Nacional - Aqueduto das águas Livres).

Condicionante DGPC (Direção Geral do Património Cultural).

Viabilidade Urbanística:

Obra Nova. (Demolição da construção existente de um piso)

Nº pisos: 3 + aproveitamento de sótão (nos termos do artigo 42º 3. a) e d) do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 201,00 m2.

Área de Implantação: 135,00m2

Área do logradouro: 66,00m2

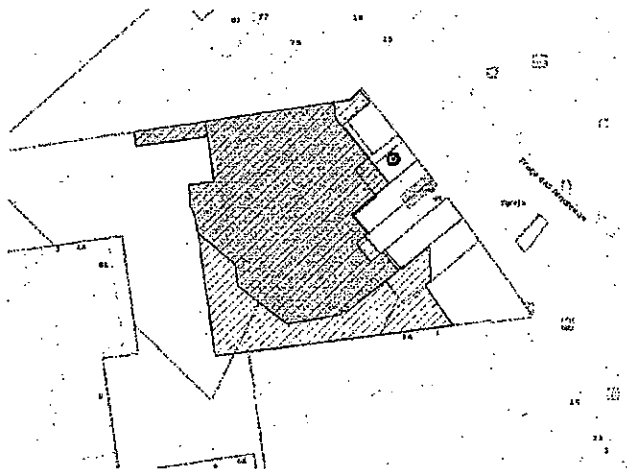
Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos no n.º 5, do art. 41.º do RPDM).

Área Bruta de Construção: 465,00m2 (3 pisos x 135,00m2 + 60,00m2).

AC



Valores estimados pelo projecto de reabilitação urbana de Lisboa, 17-09-2015.
O presente projecto deve ser revisto de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.



NOTAS:

O Registo Predial deve ser rectificado dado que os números 57 e 59 correspondem a lote de terreno para construção (área constante no Registo Predial - 272,00m²), sem indicação de qualquer edifício construído.

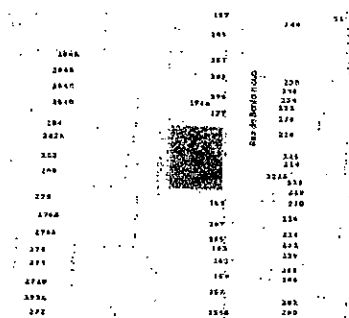
O nº 61, correspondia à passagem para o terreno a tardoz, cedido ao Ginásio Clube Português.

Aguarda-se a devolução de área (66,00m²) para criação de um logradouro, no sentido de viabilizar a construção de um edifício (com vãos no alçado posterior).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Santa Maria Maior
Morada: Rua do Benfornoso, 171-175
Cód. SIG: 3100304034001
Obra n.º: 28012



Data: 07.07.2015.

PP: Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Colina do Castelo (em elaboração)
(com Termos de Referência Aprovados) – Zona ZAHH6.

PU: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria - PUNHM

Existente: N.º de pisos: cave (parcial) + 5 pisos .

PDM:

Reabilitação Urbana: ARU – Área de Reabilitação Urbana

Zona Prioritária de Intervenção - Mouraria.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico: Nível II.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona de protecção dos Imóveis – Imóvel na Rua do Benfornoso n.º 244 –Imóvel de Interesse Público (IIP) – condicionante DGPC.

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação do prédio existente com manutenção da volumetria.

N.º pisos: cave parcial + 5 pisos + aproveitamento de sótão - nos termos do artigo 9 do Regulamento do PUNHM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM, por remissão do Artigo 15º do Regulamento do PUNHM.

Área da parcela: 197,00 m² (área registada – Registo Predial).

Área de Implantação: 138,00 m².

Área Bruta de Construção: 800,00 m² (50,00 m² + 5 x 138,00m² + 60,00m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços (nos termos do artigo 30º do Regulamento do PUNHM).

AC

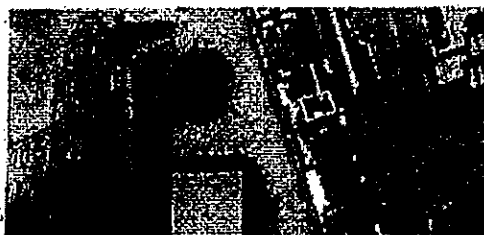


Valores estimados tendo em conta o traçado e o programa de obras de reabilitação da Colina do Castelo.
O Município deverá ser testado de eventual mais-valia urbanística de aumento da Área de Construção que venha ser aprovada em projecto de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Belém (Nova Freguesia)
Morada: Rua Alexandre Sá Pinto, 67
Cód. SIG: 3201204046001
Obra n.º 31012



Data: 10.05.2013
PP/PU: PP Calçada da Ajuda - em elaboração.
Existente: N.º pisos: 3 + 1 (aproveitamento de sótão).
Área da parcela: 74,20 m² (segundo levantamento constante no P. 2/EDI/2009).
Área de Implantação: 53,60m² (segundo levantamento constante no P. 2/EDI/2009).
Área Bruta de Construção: 227,28m² (cf. levantamento constante no P.2/EDI/2009).

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:
ARU - Área de Reabilitação Urbana.
Qualificação do Espaço Urbano:
Espaço Central e Residencial Consolidado - Trapado Urbano A.
Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:
Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.
Serviços Administrativos e Restrições de Utilidade Pública I:
MDN (Ministério da Defesa Nacional) - ZPIM do Quartel do Conde de Lippe e do Quartel de Cima na Calçada da Ajuda.
ANA Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa, sujeito a parecer da ANA, se a cota máxima absoluta da construção ultrapassar o limite estipulado.
Serviços Administrativos e Restrições de Utilidade Pública II:
DGPC - ZEP do Palácio Nacional de Belém e todo o conjunto intramuros, nomeadamente o Palácio os jardins e outras dependências, bem como o Jardim Botânico/Tropical, ex-Jardim - Museu Agrícola Tropical.

Viabilidade Urbanística: (P.2/EDI/2009).

Reabilitação/Requalificação com manutenção do edifício existente licenciado, nomeadamente volumetria fachadas exteriores e requalificação do logradouro.
N.º pisos: 3 + 1 (aproveitamento de sótão) (nos termos dos arts. 41.º e 42.º do RPDM).
Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM (mesmo quando ocorra mudança de uso).
Área da parcela: 74,20 m² (segundo levantamento constante no P. 2/EDI/2009).
Área de Implantação: 53,60m² (segundo levantamento constante no P. 2/EDI/2009).
Área Bruta de Construção: 227,28m² (cf. levantamento constante no P.2/EDI/2009).
Uso: Habitação, terciário, indústria compatível e micrologística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art. 41.º do RPDM).

Valores apresentados de acordo com o Plano de Qualificação da cidade de Lisboa n.º 1/EDU.
O Município deverá garantir a execução da obra na área de intervenção.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Santa Maria Maior
Morada: Rua da Regueira, 60 - 66
Cód. SIG: 3601102016001 e 3601102017001
Obra n.º 21368 e 21369



Data: 18.06.2015
PP/PU: PU Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo (PUNHACC) - eficaz/PP
Reabilitação Urbana da Colina do Castelo - em elaboração.
Classificação do Espaço Urbano:
Zona Homogénea Habitacional I (ZAHH1 - n.º 1.1. do artigo 5.º do PUNHACC).
Estudos: Projecto Urbano Colina do Castelo, concluído.
Existente: N.º pisos: 4.
Área da parcela: 83,90m² (41,00 + 42,90) (área registada).
Área de Implantação: 76,50m² (41,00 + 35,50) (área registada).
Área Bruta de Construção: 306,00m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Bairro de Intervenção Prioritária - Alfama.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico II - projectos que impliquem remeximento de subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central (art.º 22.º do RPUNHACC).

Viabilidade Urbanística (nos termos do PUNHACC):

Reabilitação profunda com manutenção do edifício existente e salvaguardados os elementos arquitetónicos com valor patrimonial, tendo em atenção o grau de protecção e os princípios gerais de intervenção arts. 6.º; 7.º; 10.º; 12.º; 14.º e 17.º todos do RPUNHACC.

N.º de pisos: 4 + aproveitamento de sótão (Possibilidade de aproveitamento do sótão nos termos expressos na alínea a) do ponto 2 do art. 12º do RPUNHACC).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM, por remissão do n.º 2 do art. 18.º do RPUNHACC.

Área da parcela: 83,90m² (41,00 + 42,90) (área registada).

Área de Implantação: 76,50m² (41,00 + 35,50) (área registada).

Área Bruta de Construção: 336,00m² (306,00 + 34,00) (Parcialmente em semi cave).

Usos: Possibilidade de comércio no piso 0 e Uso Habitacional (inclui o Alojamento Local), nos termos expressos no art. 33.º do RPUNHACC.

CA



valores estimados tendo por base a cartografia de cidade de Lisboa de 1900.
O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia quantitativa decorrente
da Área de Construção que venha a ser aprovada em projecto de licenciamento.

Assunto: Necessidades de regularização dos Registos Prediais

ADENDA

A presente adenda descremina as situações de Registo Predial a regularizar previamente à alienação do imóvel em Hasta Pública.

1.Prédios urbanos localizados: Rua da Regueira, 60-62 e Rua da Regueira, 64-66:

- 1.1.Registo Predial n.º 123, da freguesia de Santo Estevão, titulado pela Câmara Municipal de Lisboa (em anexo) e Registo Predial n.º 164, da freguesia de Santo Estevão, titulado pela Câmara Municipal de Lisboa na sequência de expropriação (em anexo);
- 1.2.De acordo com a informação constante nos Registos Prediais, as parcelas têm uma Área total de 70,00m² (30,00m² + 40,00m²) e uma Área coberta omissa, para o registo predial n.º 123;
- 1.3.De acordo com o levantamento topográfico, em anexo, tem uma Área total de 83,90,00m² e uma Área de implantação (coberta) de 76,50m²;
- 1.4.Verificadas discrepâncias na Caderneta Predial Urbana referente ao imóvel localizado nos n.os 64-66, RP n.º 164, não estando referenciada a área descoberta, visível no levantamento topográfico efectuado pelos serviços;
- 1.5. De referir que na elaboração da Ficha de Edificabilidade foi considerada a área do levantamento topográfico, que foi elaborado pelos serviços, por se constatar discrepância de áreas superior a 10% e omissões, conforme informação da DCM, ingressa no módulo cadástro do sistema Lxi;
- 1.6. De referir que a pretensão é a alienação do emparcelamento dos 2 edifícios municipais;
- 1.7. Junta-se á Ficha de Edificabilidade provisória, pressupondo a retificação dos Registos Prediais em conformidade com o levantamento topográfico e tendo em atenção o emparcelamento;
- 1.8. Deverá igualmente ser tido em atenção por parte da DMH, a libertação das frações de eventuais compromissos (n.º 64 a 66).

Verifica-se a necessidade de regularização do Registo Predial, antes da alienação pela discrepância assinalada de áreas constantes no Registo Predial e as áreas efetivamente existentes no local. Assim sendo fica à consideração do DPSVP a concretização do emparcelamento, em conformidade com o levantamento topográfico, uma vez que a pretensão é a alienação da parcela resultante da junção dos 2 imóveis municipais ou a rectificação individual de cada um dos Registos Prediais. Chama-se a atenção para a titularidade do Município, na sequência de uma expropriação, facto que importa confirmar, tendo em vista a concretização da alienação.

CA



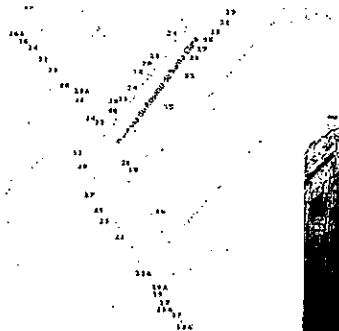
Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa a 1:1000.
O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção, que deverá ser aprovada em projecto de levantamento.

Pág. 2 de 2



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: São Vicente
Morada: Rua da Verónica n.ºs 18-20
Cód. SIG: 5100902017001
Obra 22403



Data: 02.09.2015.

Existente: N.º de pisos: 4
Área da parcela: 64,00 m².
Área de Implantação: 64,00m².

PDM 2012:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço central e residencial consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de valor arqueológico: Nível 3

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Zona de Protecção a Instalações Militares

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação do prédio existente.

N.º pisos: 4 + aproveitamento do sótão (nos termos artigo 42.º do RPDM).

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

Área da parcela: 64,00 m².

Área de Implantação: 64,00m².

Área Bruta de Construção: 288,00m² (64,00m² x 4 pisos + 32,00m²).

Uso: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos no n.º 5, do art. 41.º do RPDM).



Valores estimados (em m²) base a planimetria da parcela da Rua da Verónica 18-20.
O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente
da Área de Construção que vai a ser aprovada em projecto de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO
URBANÍSTICA

Freguesia: Campo de Ourique
Morada: Rua de Campo de Ourique, 3-9
Cód. SIG: 3000503012001
Obra n.º 17998



Data: 18.06.2015

Existente: N.º de pisos: 3 + sótão.
Área da parcela – 242,00m²
Área de Implantação – 130,00m².

PDM:

Reabilitação Urbana:

ARU – Área de Reabilitação Urbana

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano B.

Estrutura Patrimonial Municipal – Área de Valor Arqueológico:

Nível-Arqueológico-III – projectos que impliquem-remeximento-subsolo, sujeitos à apreciação do órgão competente da administração central.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I:

Servidão do Aeroporto de Lisboa – Canais Operacionais Sector 3B1

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública II:

Zona de Protecção a Imóveis: Edifício e Estabelecimento da Panificação Mecânica – condicionante DGPC

Viabilidade Urbanística:

Reabilitação profunda com manutenção do edifício existente, o edifício já atinge a média da cerca da frente edificada.

N.º de pisos: 3 + sótão, nos termos do artigo 42º 4. do Regulamento do PDM

Isenção da necessidade de previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, por enquadramento no n.º 4 do art. 75.º do RPDM.

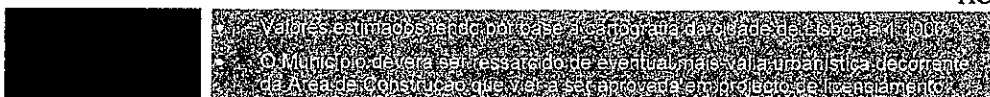
Área da parcela: 250,50m².

Área de Implantação: 130,00m².

Área Bruta de Construção: 450,00m²

Usos: Habitação, Comércio/Serviços, Indústria compatível e micro-logística (nos termos expressos do art. 41.º pontos 4 e 6 do Regulamento do PDM.

AC



Valores estimados para base algaratua da cidade de Lisboa 2011/2000

O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente da Área de Construção que venha ser aprovada em processo de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

Freguesia: São Vicente

Morada: Rua dos Sapadores, 143 A-D, 143 E-F e 145-149, e Pátio dos Peixinhos (Rua dos Sapadores, 143)

Cód. SIG: 1600201065001, 1600201141001 e 1600201121001

Obra n.º 22174, 22175 e 22176



Data: 02.09.2015

Existente:

A parcela é constituída por 3 edifícios contíguos, com frente para a Rua dos Sapadores, n.ºs. 143 a 149, e também, por uma área de logradouro, localizada no interior do quarteirão, com entrada pelo n.º 143 (a que corresponde a área da Vila/Pátio dos Peixinhos, cujos edifícios foram demolidos). Trata-se de um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º 2516, da freguesia de Sta. Engrácia.

N.º pisos:

Edifício n.º 149-145 (2 pisos + 1p. em semi-cave para o logradouro)

Edifícios n.º 143 A-D e 143 E-F (1 piso + 1p. em semi-cave para o logradouro)

Com base no levantamento topográfico realizado, apuraram-se as seguintes áreas:

Área total da Parcela: 775.00m²

Área de Implantação: 230.00m² (120.00m² + 35.00m² + 75.00m²)

Área do Logradouro: 545.00m²

Área Bruta de Construção: 580.00 m² (3x120.00m² + 2x35.00m² + 2x75.00m²)

PDM:

Reabilitação Urbana:

ARU - Área de Reabilitação Urbana/ Bairro de Intervenção Prioritária - Graça/Sapadores.

Qualificação do Espaço Urbano:

Espaço Central e Residencial Consolidado - Traçado Urbano A.

Estrutura Patrimonial Municipal - Área de Valor Arqueológico:

Nível Arqueológico III - projectos que impliquem remeximento de subsolo, poderão ser sujeitos ao acompanhamento arqueológico, nos termos da legislação em vigor.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública:

Ministério da Defesa Nacional - Zona de Protecção de Instalações Militares

Estrutura Ecológica Municipal:

Logradouro localizado em Sistema Húmido

Viabilidade Urbanística:

Obra de remodelação profunda: Alteração/Ampliação, com manutenção do conjunto edificado existente e eventual possibilidade da sua demolição total ou parcial, nos casos previstos nas alíneas a) a f) do n.º 1 do art.º 45º do PDM.

Requalificação do logradouro, nos termos do art.º 44º do PDM. (Área permeável \geq 0.65ATLog.)

N.º pisos: Possibilidade de ampliação em altura, do conjunto edificado existente, nos termos expressos do art.º 42.º do PDM: 3 pisos + aproveitamento de sótão, ao que acresce



Valores estimados tendo por base a cartografia da cidade de Lisboa de 1900.

O Município deverá ser responsável de eventual mais-valia urbanística decorrente das áreas de Construção que vier a ser aprovada em projecto de licenciamento.

1 piso em semi-cave para o logradouro (tendo como referência as alturas dos edifícios confinantes, n.º 151 - «Escola Natália Correia» e n.º 141 da Rua dos Sapadores).

Possibilidade de ampliação da profundidade das empenas do edificado existente, nos termos do art.º 43.º do PDM, assegurando a concordância com a empena do edifício confinante n.º 151.

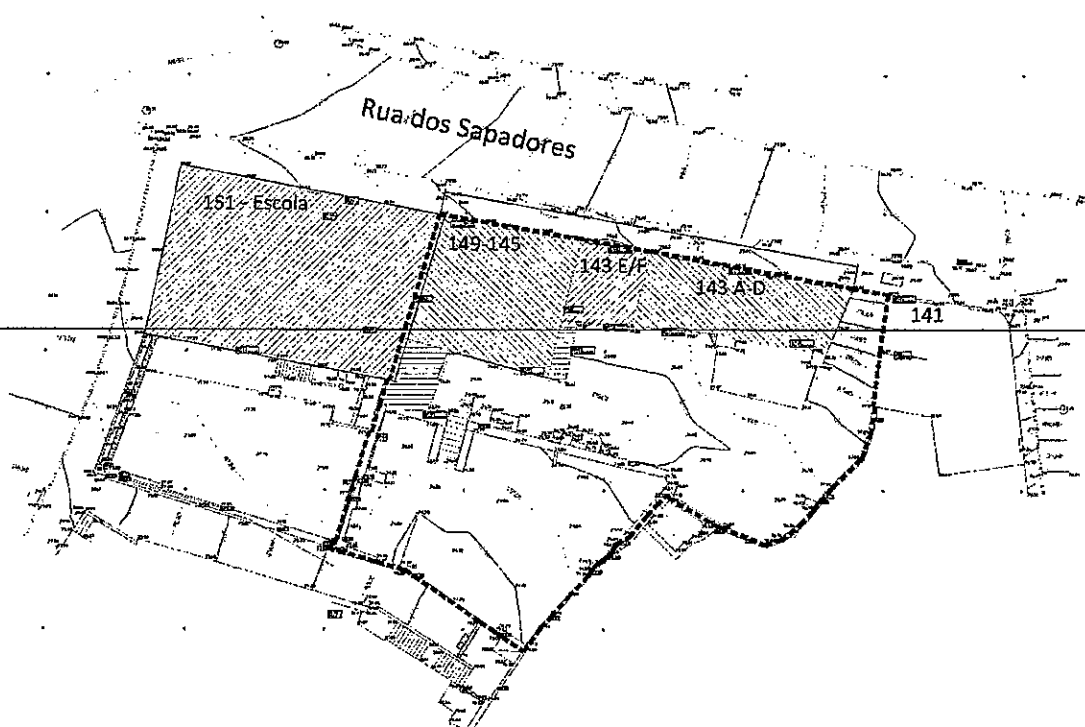
Manutenção da entrada para o interior do logradouro, pelo n.º 143 da Rua dos Sapadores.

Área de Implantação: 421.00m²

Área Bruta de Construção: 1894.50m² (4p. x 421.00m² + aproveitamento de sótão 210.50m²).

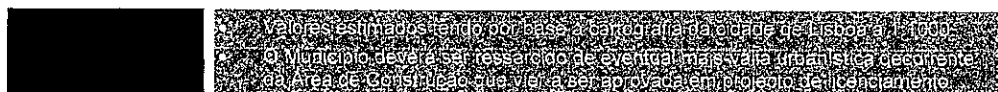
Previsão de estacionamento privativo, no interior do lote, nos termos do art.º 75.º do PDM, em consonância com a ampliação.

Uso: Habitação (inclui Alojamento Local), Comércio/Serviços, Turismo, Equipamento, Indústria compatível e Micro-logística (nos termos expressos nos n.ºs 4 e 5, do art.º 41.º do PDM).



Levantamento topográfico, realizado em Fevereiro de 2015.

MB





C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 09 de setembro de 2015, as atas, a moção e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 73, 74 e 75 das reuniões de Câmara de 24 de junho e 1 de julho de 2015

(Aprovadas por unanimidade)

O Sr. Vereador João Bernardino não participou na votação

Moção n.º 30/2015 (Subscrito pelo Sr. João Gonçalves Pereira)

Aprovar proceder à passagem imediata da tutela do Jardim do Império para a Junta de Freguesia de Belém, nos termos da moção;

Rejeitada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)	13 (8PS, 3Ind. e 2PCP)	0

Proposta n.º 499/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o pedido de licenciamento de obra de ampliação do edifício existente na Rua da Praia do Bom Sucesso n.º 7, freguesia de Belém que constitui o processo 112/EDI/2014, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	15 (8PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 2PCP)	0	1 (CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 504/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o pedido de licenciamento de uma obra de alteração e ampliação que envolve um conjunto edificado destinado a um estabelecimento de alojamento local e aos usos de terciário e equipamento, a realizar nas parcelas sitas na Estrada da Pimenteira, Estufas, Armazéns, Casa do Pátio e Viveiro (Quinta da Pimenteira), freguesia de Alcântara que constitui o processo n.º 793/EDI/2015, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 505/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a ratificação dos atos de deferimento dos pedidos de licenciamento de obras a realizar nos prédios sitos na Rua dos Bacalhoiros n.ºs 93-115 A, freguesia de Santa Maria Maior; na Quinta do Bom Pastor, Estrada da Buraca n.ºs 8-12, freguesia de Benfica, que constituíram os processos n.ºs 151/EDI/2015 e 1566/EDI/2014 respetivamente, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 506/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado e pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de 15 (quinze) prédios urbanos municipais, no âmbito do Programa "Reabilita Primeiro Paga Depois", nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (8PS e 3Ind.)	2 (PCP)	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 507/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (8PS e 3Ind.)	3 (1CDS/PP e 2PCP)	1 (PPD/PSD)



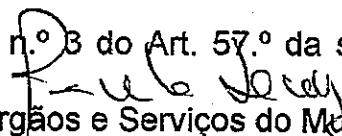
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 547/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

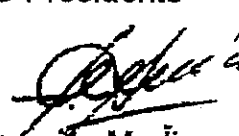
Aprovar e Deferir o pedido de licenciamento de uma obra de alteração e ampliação que envolve um edifício e uma fração autónoma destinados a um equipamento cultural a realizar nos prédios sitos na Av. da Liberdade, 180, Rua Manuel de Jesus Coelho, 3 e Rua de São José, s/n, e na Av. da Liberdade, 182, 184, 186 e 188 e Rua Manuel Jesus Coelho, 9, 11 e 13, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	15 (8PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 2PCP)	0	1 (CDS/PP)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 9 de setembro de 2015

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA 506/2015 - APROVAR E SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE 15 (QUINZE) PRÉDIOS URBANOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "REABILITA PRIMEIRO PAGA DEPOIS", NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, Proposta 506/2015.

Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do CDS/PP e do PPD/PSD, e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 506/2015 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.) e 3 abstenção (2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)